

PRESSÃO TOTAL PELA APROVAÇÃO DO

P N E

NO CONGRESSO



Plano de Carreira

Reajuste salarial e incorporação de gratificações já começam a valer a partir deste mês. **P. 3**



Eleitos delegados para etapa Distrital, em Brasília. **P. 7**

PL nº 4330

Projeto de Lei da terceirização ameaça acabar com concurso público e direitos trabalhistas. **P. 13**

Expediente

Sinpro-DF(sede): SIG, Quadra 6, lote nº 2260, Brasília-DF

Tel.: 3343-4200 / Fax: 3343-4207

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1.

Telefax: 3562-4856 e 3562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina.

Telefax: 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Cleber Ribeiro Soares, Samuel Fernandes e

Claudio Antunes Correia (Coordenador)

Jornalistas: José Mauro de Almeida, Luís Ricardo Machado, Laézia Bezerra e

Marôa Pozzebom

Revisão: José Antônio de Oliveira

Diagramação e capa: Oberdan Rodrigues / Eduardo Gustavo

Impressão: Palavra Comunicação

Tiragem: 36.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte.

Diretoria Colegiada do Sinpro DF - Triênio 2013 - 2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

Carlos Cirane - Coordenador

Cláudia Bullos

Washington Luis D. Gomes

SECRETARIA DE ASSUNTOS DOS APOSENTADOS

Isabel Portuêz de S. Felipe - Coordenadora

Francisco Raimundo (Chicão)

Silvia Canabrava

SECRETARIA DE ASSUNTOS CULTURAIS

Marco Aurélio G. Rodrigues - Coordenador

Elaine Amâncio Ribeiro

Wijairo José da C. Mendonça

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E TRABALHISTAS E SÓCIOECONÔMICOS

Dimas Rocha - Coordenador

Ilson Veloso Bernardo

Cássio de Oliveira Campos

SECRETARIA DE ASSUNTOS E POLÍTICAS PARA MULHERES EDUCADORAS

Elicéuda Silva França - Coordenadora

Neliane Maria da Cunha

Wilmara Pereira do Carmo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa - Coordenadora

Luiz Alberto Gomes Miguel

Geraldo Benedito Ferreira

SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Nilza Cristina G. dos Santos - Coordenadora

Magnete Barbosa Guimarães

Fátima de Almeida Moraes

SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Cláudio Antunes Correia - Coordenador

Cleber Ribeiro Soares

Samuel Fernandes

SECRETARIA DE RAÇA E SEXUALIDADE

Wiviane Farkas - Coordenadora

Jucimeire Barbosa (Meire)

Dalzair Amancio da Silva

SECRETARIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Maria José Correia Muniz - Coordenadora

Manoel Alves da Silva Filho

Gitza Lúcia Camilo Ricardo

SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E INFORMÁTICA

Julio Barros - Coordenador

Luciana Custódio

Francisco Assis

SECRETARIA DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Berenice D'arc Jacinto - Coordenadora

Fernando Reis

Regina Célia T. Pinheiro

SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Gabriel Magno - Coordenador

Iolanda Rodrigues Rocha

Polyelton de Oliveira Lima

CONSELHO FISCAL

Gardênia Lopes dos Santos

Maria Cristina Santana Cardoso

Jailson Pereira Sousa

Marcos Alves Pires

Regina Márcia de Assis Santos

Editorial

AINDA HÁ MUITO A CONQUISTAR

A Diretoria Colegiada do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), eleita para o triênio 2013/2016, tomou posse em julho de 2013 assumindo, com a categoria, o compromisso de buscar novas conquistas para os(as) professores(as).

Os primeiros desafios desta nova gestão passam por garantir a regulamentação do Plano de Carreira (Lei nº 5.105/2013), que atenda às nossas expectativas; lutar pela aprovação imediata do Plano Nacional de Educação (PNE) que garanta um ensino público de qualidade, trabalho que está sendo feito em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT); avançar na luta pela isonomia salarial com outras carreiras de nível superior; e, ainda, continuar o embate por melhores condições de trabalho para professoras, professores, orientadoras e orientadores educacionais.

Nos últimos anos obtivemos várias conquistas profissionais, vitórias estas alcançadas graças à força demonstrada pela parceria da categoria, mas ainda há muito que avançar. É importante ressaltar que devemos reforçar a disposição e a mobilização, pois nossa luta continua sempre e avança quem não desiste dela. A educação merece muito mais e esta batalha é de cada um de nós. Vamos em frente!

GDF ABRE CONCURSO PARA PROFESSORES

Após um longo processo de negociação junto ao GDF, a luta do Sinpro garantiu a realização de concurso público para professores(as). A Secretaria de Administração do DF divulgou, no dia 5 de setembro, a abertura e distribuição de vagas para o próximo concurso público para professores (as), no cargo de Professor de Educação Básica, da Carreira Magistério Público do Quadro de Pessoal. O concurso disponibiliza 804 vagas. As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, no site do IBFC (www.ibfc.org.br), de 25 de setembro a 24 de outubro. Confira no site do Sinpro a distribuição das vagas por atividade. O concurso para o cargo de Pedagogo-Orientador Educacional está sendo elaborado pela Secretaria de Administração.

Esta é mais uma vitória conquistada graças à mobilização da categoria, e um avanço para a educação do Distrito Federal.

ENTENDA O NOVO PLANO DE CARREIRA

Confira o reajuste de setembro, incorporação de gratificações e progressões na carreira

Nesta edição do Quadro Negro a Diretoria do Sinpro explica alguns dos mais importantes itens do novo Plano de Carreira, Lei nº 5.105/2013 que, embora não esteja totalmente regulamentado, já produz benefícios à categoria. Nesta edição são abordados os seguintes tópicos: reajuste programado; incorporações de gratificações e progressões na Carreira.

Reajuste

O Plano prevê que os salários sofrerão alterações na sua estrutura e, conseqüentemente, reajustes em momentos distintos da sua implementação financeira. Dividido em seis momentos, em setembro, a folha será alterada. Isso se dá pela incorporação da Tidem ao vencimento, que deixou de existir, uma vez que em seu lugar foi criada a Gratificação de Tempo Integral (GTI), para a jornada de trabalho de 40hs.

A GTI incide sobre o vencimento. Em março, início da vigência do Plano, ela foi fixada em 30% e, neste mês, ela será de 15%. A diferença será somada ao vencimento do/a professor/a. No final do mês, o Sinpro terá no seu site um simulador, que calculará o reajuste atual. Para o cálculo completo (anual e de todo o Plano) deve ser utilizado a versão original do simulador, já disponível no site.

Gratificações

O Plano possui algumas gratificações caracterizadas como de “exercício”, pois dependem de onde ou em qual classe o/a professor/a esteja atuando. São elas: Gratificação de Atividade Alfabetização (GAA); Gratificação de Atividade de Ensino Especial (GAEE); Gratificação de Atividade de Zona Rural (GAZR); Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Ensino Diferenciado (GADEED) e a Gratificação de Atividade de Docência em Estabelecimento de Restrição de Liberdade (GADERL).

Estas gratificações são pagas no percentual de 15% sobre o vencimento básico, incorporados de forma proporcional: a cada 12 meses trabalhados são computados 0,6%, até o limite de 15%. Assim, se um/a professor/a atuou nas classes do 1º ao 3º ano do ensino fundamental ele/ela recebeu GAA, ao passar a atuar em qualquer outra turma ou função, ele poderá solicitar a incorporação de 1/25 por ano trabalhado. Se, posteriormente, voltar a atuar com estas turmas, os percentuais incorporados são retirados para que passe a receber a gratificação de forma integral (15%).

O mesmo procedimento serve para efeito de aposentadoria, o/a professor/a recebe proporcionalmente o que acumulou destas gratificações, podendo chegar a sua integralidade se atuou por 25 anos nas situações e turmas citadas.

Progressão

O Plano prevê que o professor/a progrida na carreira de forma horizontal (normalista, licenciatura curta, licenciatura plena, especialista, mestre e doutor) e de forma vertical, em duas modalidades: por **tempo de serviço** (a cada ano trabalhado, progride um padrão até alcançar o teto que é o padrão 25) e por **formação continuada** (a cada 5 anos, entrega-se certificações de curso na área de educação, que totalizem 180 horas-aula a mais, e avança um padrão, cumulativo ao avanço pelo tempo de serviço).

Em 2014, em torno de 60% da categoria estarão aptas a entregar certificados e poderão avançar mais um padrão. Isto porque em 2009, ao ser regulamentado o Plano de Carreira anterior, gerou-se um alinhamento. Atenção à regulamentação do atual plano de carreira, pois ela irá delinear os parâmetros de carga horária dos certificados a serem entregues.

Evolução do Valor das Gratificações de Exercício/40h – GAA, GAEE, GAZR...				
Formação	Graduado	Especialista	Mestre	Doutor
Fevereiro/2013	R\$ 347,12	R\$ 347,12	R\$ 347,12	R\$ 347,12
Março/2013	R\$ 407,17	R\$ 427,53	R\$ 447,88	R\$ 468,24
Setembro/2013	R\$ 466,41	R\$ 489,73	R\$ 513,05	R\$ 536,37
Março/2014	R\$ 536,91	R\$ 563,76	R\$ 590,60	R\$ 617,45

* A partir do atual Plano de Carreira, Lei nº 5.105/2013, os valores dessas gratificações passaram a ser diferentes ao longo da formação acadêmica do professor.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO DISTRITO FEDERAL E O PAPEL DOS CENTROS DE ENSINO

Audiência Pública de iniciativa das comunidades escolares dos Centros de Ensino Especiais (CEE), pautada pelo coletivo de educação especial do Sinpro, foi realizada no dia 21 de agosto, no Plenário da Câmara Legislativa. Representantes da Comissão de Educação Especial se reuniram para discutir sobre a importância do Ensino Especial, tanto para o apoio a inclusão quanto para o atendimento pedagógico exclusivo para estudantes que ainda não puderam participar dessa inclusão.

Se depender de mães e pais, professores e funcionários da educação, especialistas e estudantes com deficiências, os 13 CEEs, além do CAS, do CEEDV, da Escola Bilíngue para Surdos e das instituições conveniadas que funcionam como atendimento educacional especializado no Distrito Federal não serão extintos.

As diretrizes nacionais da educação apontadas pelo MEC limitam a matrícula de todos os estudantes em escolas regulares. Para mostrar o descontentamento com a intenção de fechar esses centros, centenas de pessoas lotaram o auditório, o plenário e a galeria da Câmara Legislativa e participaram ativamente da audiência pública organizada pelo deputado Wasny de Roure, presidente da CLDF.

De acordo com Neliane Cunha, diretora da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro, o trabalho pedagógico desenvolvido nos Centros de Ensino é fundamental para a Inclusão. “Defendemos e continuaremos na luta pela inclusão de todos e todas. Acreditamos que o trabalho pedagógico desenvolvido nos Centros é imprescindível tanto para o atendimento complementar à inclusão quanto para o atendimento exclusivo a estudantes com deficiências, em espaços que são sim, de educação para a inclusão social, em qualquer idade e conforme os direitos e desejos destes e de seus familiares. Essa luta não é só pela permanência dos CEEs, é para que estes desenvolvam um projeto político-pedagógico com todas as condições de fazê-lo”, disse.

Atualmente o Distrito Federal conta com 13 Centros de Ensino Especial: Plano Piloto (2), Ceilândia (3), Taguatinga (1), Sobradinho (1), Planaltina (1), Samambaia (1), Santa Maria (1), Brazlândia (1), Guará (1) e Gama (1).

Além desses Centros, o DF conta também com o Conselho de Assistência Social (CAS), o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV) e a Escola Bilíngue para Surdos.

Dúvidas ou sugestões podem ser encaminhadas para o email: emdefesadocee@sinprodf.org.br



VENHA FAZER PARTE DO CORO SINPRÔNICO



Professores e professoras do coral do Sindicato dos Professores no Distrito Federal

O Coro Sinprônico já iniciou suas atividades desse semestre e está aberto para novas inscrições. Os/as professores/as, funcionários/as e estudantes interessados em participar do coro podem fazer uma experiência durante os ensaios, que acontecem todas as segundas, às 19h30, na sede do Sinpro (SIA, Quadra 6). O coro realiza apresentações nas escolas e eventos sindicais, atendendo a convites e viagens. Para fazer parte não é preciso ter experiência anterior.



CALENDÁRIO ESCOLAR 2014 CONTEMPLA PROPOSTAS TRABALHADAS PELA CATEGORIA

O Calendário de 2014 teve algumas adaptações em função dos jogos da Copa do Mundo

Foi publicado no Diário Oficial do DF do dia 05 de agosto o Calendário Escolar que será utilizado no ano letivo de 2014 e o documento contemplará os 200 dias letivos, reivindicação defendida pelo Sinpro em conjunto com as 14 regionais de ensino. O Calendário de 2014 teve algumas adaptações em função dos jogos da Copa do Mundo. O Sindicato dos Professores participou de várias reuniões com a Secretaria de Educação e, graças ao processo de negociação, a maioria dos pleitos da categoria foi garantida na construção do documento. Nos últimos sete anos o Sinpro tem garantido a opinião da categoria. O calendário deste ano, por exemplo, contemplou em quase cem por cento a proposta trabalhada pelo Sindicato com a categoria. E não será diferente em 2014. O calendário trará todos os pleitos da categoria, inclusive com o pedido de recesso no período da Copa do Mundo.

A avaliação geral dos/as professores/as é de que não haverá defasagem pedagógica para os alunos, pois eles farão as avaliações no final do ano e o 3º bimestre começará dia 4 de agosto, data considerada normal no calendário escolar. O ano letivo terá suas aulas encerradas em 22 de dezembro. O Calendário agregou os aspectos legais, pedagógicos e inclusões que há anos são solicitados pelos trabalhadores. “O Calendário foi montado observando as sugestões que o Sindicato recebeu por e-mail e os estudos que cada escola fez. Ele representa a visão dos trabalhadores e contemplará todas as dimensões pedagógicas necessárias para um bom ano letivo”, analisa o coordenador de Imprensa do Sinpro, Cláudio Antunes Correia.

REDE PÚBLICA DE ENSINO FAZ BONITO NO XV CONCURSO MUSEU DA IMPRENSA

Os alunos da rede pública de ensino do DF fizeram bonito no XV Concurso Museu da Imprensa de Desenho, Redação, Poesia e Monografia. Dos nove prêmios disputados em três categorias, quatro ficaram com estudantes de escolas públicas, que receberam prêmios em dinheiro durante cerimônia de premiação realizada no dia 13 de maio.

Na categoria desenho (1º ao 5º ano), que trabalhou com o tema “O Museu da Imprensa”, o primeiro lugar ficou com Beatriz Benevides Amorim, da Escola Classe 50, de Taguatinga; o segundo lugar foi para Vitória Evelyn Veras, do Centro de Ensino Fundamental 418 de Santa Maria; e Wesley Alves da Silva, da Escola Parque 303/304 Norte, ficou com a terceira colocação. Já na categoria Poesia (Ensino Médio), que abordou “Jornal Impresso x Jornal Virtual”, a grande vencedora foi Rayane Kríssia de Jesus, do CEF Myriam Ervilha, de Samambaia.

Representando a Comissão Julgadora, a diretora do Sinpro Rosilene Correa parabenizou os participantes e felicitou as escolas públicas pelo desempenho. “Em nome do Sinpro parabenezo todos que participaram deste concurso, em especial os da rede pública, que obtiveram um ótimo resultado e nos encheu de orgulho.”, salientou Rosilene.



Diretoria participou da cerimônia de premiação do Concurso Museu da Imprensa

DISTRITO FEDERAL CARECE DE UMA POLÍTICA DE SAÚDE PREVENTIVA PARA A CATEGORIA

A falta de uma política preventiva contra a depressão, estresse, o cansaço e outros problemas relacionados à saúde mental e corporal é, segundo diretores do Sinpro-DF, a principal razão para a ausência de professores/as nas salas de aula da rede pública de ensino.

A inexistência de um quadro de professores/as substitutos/as na Secretaria de Educação do DF, para cobrir as licenças médicas de titulares, também provoca problemas em grande parte das escolas da rede pública. Dados da SEE-DF revelam que em 2012 mais de 31,5 mil professores/as da rede obtiveram licenças médicas, que totalizaram mais de 711 mil dias. A média anual chega perto dos 23 dias de licença por professor.

Após as licenças para o acompanhamento de familiares doentes, que correspondem a quase 18% do total delas e, as licenças para convalescência, os episódios depressivos e outros transtornos ansiosos aparecem como principais fatores para concessões de licenças médicas, segundo informações da Secretaria de Educação. Também, ainda conforme dados da SEE, a dorsalgia (dor nas costas) aparece como uma das principais causas para as obtenções de licenças.

Sem conhecimento de causa, a grande mídia trata o assunto como se a categoria fosse composta por impostores ou preguiçosos que deixam os estudantes sem aulas. O problema não ocorre apenas no DF. Ele é detectado em todos os estados do País.

Em São Paulo, por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação ainda aguarda estudos detalhados sobre os motivos de licenças, mas sabe-se que problemas relacionados à saúde mental, estresse e fadiga causam a maior parte das ausências por motivos médicos.

Um dado que preocupa a prefeitura paulista, mas, segundo o secretário de Educação, Cesar Callegari, ainda não tem uma explicação clara, é o aumento nas licenças por acidente de trabalho. Essa categoria cresceu 43% entre 2009 e 2012, alcançando 176,6 mil dias de ausências (10% do total do ano passado).

A diretoria do Sinpro-DF se empenha em cobrar da Secretaria de Educação do DF um programa de prevenção às patologias ocupacionais e também de um quadro de suplência para preencher as ausências ocasionadas pelas eventuais licenças médicas.

Artigo

ASSÉDIO MORAL: A “VIOLÊNCIA INVISÍVEL” NAS ESCOLAS DO DF

Thaís Tiba, Professora da SEE-DF e pesquisadora sobre o tema pela UnB

Assédio moral no trabalho é uma das formas contemporâneas de conflito nos ambientes laborais e um exemplo de violência institucional perversa e nociva à integridade dos assediados e das assediadas. Definido por Heloani como a “violência invisível”, já que na maioria das vezes sutil e dissimulada, o assédio moral é um processo grave e extremo de violência psicológica composto por comportamentos hostis repetitivos e prolongados que objetivam humilhar, constranger e ofender o assediado e a assediada desestabilizando-o (a) psicologicamente.

Quais são os objetivos dos (as) assediadores (as)? Segundo Soares (2006), os objetivos são: desestabilizar o (a) assediado (a) psicologicamente e socialmente na comunidade escolar; isolá-lo (la), deixando-o (a) sem apoio; difamá-lo (la), por exemplo, acusan-

do-os de “loucos” e “incompetentes”; e, por fim, excluí-lo (la), o que vai ser alcançado com o pedido de remoção de ofício, de demissão voluntária e, em casos mais graves, até mesmo o suicídio.

Quais são os tipos de assédio moral mais conhecidos? O descendente (quando as ações são realizadas pelo superior hierárquico) e o horizontal (quando realizado no mesmo nível hierárquico).

O que fazer ao deparar-se com uma situação de assédio moral? Preocupados com a saúde e o bem-estar da categoria o SINPRO-DF, através da Secretaria para Assuntos de Saúde do Trabalhador, disponibiliza atendimento psicológico e jurídico com a finalidade de orientar e acolher os/as professores/as em sofrimento psíquico e/ou vítimas do assédio moral.

CONFERÊNCIA PREPARATÓRIA PARA A CONAE/DF ELEGE 300 DELEGADOS



Participaram da mesa de abertura o coordenador do FNE, Francisco das Chagas e o coordenador de sistematização do Fórum Distrital e relator da CONAE, Júlio Barros

Foi realizada no dia 29 de agosto a abertura oficial da, na EAPE. O objetivo da Conferência é promover um debate amplo, democrático e qualitativo, nas instituições públicas e privadas da educação básica, superior e profissionalizante, que vão contribuir em muito na hora das definições públicas. A mesa de abertura para a Conferência foi composta pelo coordenador de Discursos do GDF Denilson Bento, pelo coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE) Francisco das Chagas Fernandes, pelo coordenador do Fórum Distrital de Educação Henrique de Paula, e pelo coordenador da Comissão de Sistematização do Fórum Distrital de Educação, relator da CONAE e diretor do Sinpro, Júlio Barros.

Após o discurso de abertura da Conferência Livre, o evento começou com a apresentação dos Eixos da CONAE 2014. A Conferência Nacional de Educação será realizada de 17 a 21 de fevereiro de 2014, em Brasília. A participação da sociedade na CONAE 2014 está assegurada pela realização de conferências municipais, estaduais e distrital, articuladas pelo FNE.

Todos os segmentos elegeram democraticamente a sua delegação para a próxima Conferência e, de acordo com Júlio Barros, a eleição dos 300 delegados foi um processo de exercício da autonomia de cada segmento referente aos critérios de escolha. “A categoria do magistério optou por distribuir os delegados entre as modalidades e níveis de ensino”. Júlio Barros destaca ainda

que o ponto alto do evento foi “a experiência inédita da realização de uma Conferência local unificada com a participação da educação básica, educação profissional e educação superior da rede pública e privada, que apesar de muitas vezes possuírem projetos distintos e concepções variadas de educação, os debates transcorreram em clima de cordialidade e com alto nível”.

CONAE - A Conferência é um espaço democrático aberto pelo Poder Público e articulado com a sociedade para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional.

EXPECTATIVAS - Para a coordenadora da Secretaria de Política Educacional e suplente do Fórum de Educação, Berenice Darc Jacinto, “as perspectivas da Secretaria de Políticas Educacionais do Sinpro para as etapas da CONAE distrital e nacional são de que após o vitorioso processo preparatório ocorrido em agosto, quando pela primeira vez conseguimos unir os setores público e privado, alunos e pais, a categoria e todos os segmentos representativos estejam organizados para avançar ainda mais no debate local e chegar ao nacional com propostas definidas e amadurecidas por um diálogo transparente e democrático. E que consigamos tirar encaminhamentos na etapa nacional para fazer avançar a educação em nosso país, e que o documento final consiga, ainda, dar conta de políticas que avancem nos direitos humanos, abraçando de forma responsável as diversidades”.

LANÇAMENTO NACIONAL DA LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA



Foi lançado no dia 22 de agosto o projeto de lei de iniciativa popular da Mídia Democrática, que propõe a regulamentação dos artigos da Constituição de 1988 que garantam a pluralidade e a diversidade. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação pretende impedir monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa, estabelecendo princípios para a radiodifusão sob concessão pública. Para ingressar no Congresso como vontade popular, o projeto deve receber 1,3 milhão de assinaturas. O PL foi levado às ruas em 1º de maio, Dia do Trabalhador, pelas entidades da sociedade civil que apoiam a campanha “Para Expressar a Liberdade”.

Vivemos em um país em que o setor de radiodifusão é regulamentado por leis que já completaram meio século. O Sinpro-DF acredita que esse novo cenário possa dimensionar e diversificar o número de vozes que dominam a mídia brasileira, controlada por famílias que não representam os interesses dos brasileiros, tampouco os compreende. Contrários à concentração dos veículos de comunicação nas mãos de empresários e políticos, precisamos nos unir por uma regulamentação que garanta os direitos básicos previstos na Constituição, como liberdade de expressão. Essa luta é de toda a sociedade. Acesse o site www.para-expressaraliberdade.org.br e assine a proposta.

Entrevista



“PRECISAMOS DE UMA LEI PARA EXPRESSAR A LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO NO PAÍS”

O jornalista e diretor da TeleSur, rede de televisão multi-estatal Pan Latino-americana, Beto Almeida, em entrevista concedida ao Sinpro-DF, fala sobre as possibilidades dessa democratização, já que, segundo ele, o Brasil está atrasado na implantação da lei e como essas mudanças pode colaborar com área da educação.

Como democratizar a mídia?

No Brasil, se aplicássemos rigorosamente o que está escrito na Constituição, em seu capítulo de Comunicação, já teríamos uma democratização extraordinária. Lá se pede que haja equilíbrio e complementaridade entre os sistemas público, estatal e privado de comunicação.

Em que a democratização da mídia pode ajudar no processo educacional? É possível minimizar as desigualdades?

Uma comunicação democrática e humanizadora é obrigatoriamente educativa. A televisão e o rádio poderiam criar ambientes para a sua superação, como se faz em vários países.

É possível ter canais educativos e atrativos ao mesmo tempo?

Sim. Conheço canais educativos e atrativos, que não são chatos, em vários países. Não nos falta talento.

Porque o Brasil está atrasado com relação aos outros países Sul-americanos?

Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina priorizaram a democratização da comunicação e as forças políticas que

apoiam os governos populares nestes países construíram maiorias parlamentares para isto. É preciso mais unidade das forças progressistas para democratizar a mídia.

Quais seriam as principais propostas de mídia-educação?

Primeiro, toda universidade pública deveria ter TV e rádio. Todo conhecimento produzido pela universidade deveria ser socializado, fazendo o contraponto com a enxurrada midiática de desinformação que a mídia comercial lança.

As mídias sociais são uma ferramenta importante nessa luta? Qual o seu papel?

São importantes, mas não esgotam o problema da falta de democracia na comunicação. Se não houver democratização, o conteúdo compartilhado pelas redes sociais também refletirá essa concentração na produção de conteúdos.

Fale sobre o projeto de lei pela democratização da mídia.

Devemos apoiar a campanha de coleta de assinaturas para a lei de Iniciativa Popular. Mas, é preciso discutir com todos os setores sociais, não apenas na esquerda e nos sindicatos.



ESTATUTO DA JUVENTUDE É MARCO NA GARANTIA DE DIREITOS

O novo Estatuto da Juventude faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e diversidade. Por outro lado, faz com que novos direitos como os direitos à participação social, ao território, à livre orientação sexual e à sustentabilidade sejam assegurados pela legislação.

O estatuto trata dos direitos da população jovem entre 15 a 29 anos, além de definir os princípios e diretrizes para o fortalecimento e a organização das políticas de juventude, em âmbitos federal, estaduais e municipais. “Começamos a construir uma história da juventude brasileira baseada em

direitos. Não existe país desenvolvido sem amplo investimento na juventude. A partir de agora, temos de aprofundá-los”, destacou a diretora do Sinpro, Berenice Darc.

Com o objetivo de articular as diversas políticas de municípios, estados e União direcionadas aos jovens, o substitutivo cria o Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve), coordenado pelo governo federal, e do qual participarão todos os governos.

Entre as atribuições do conselho de juventude estão a de notificar o Ministério Público sobre infração administrativa ou penal contra os direitos do jovem garantidos na legislação.

Artigo

ESTATUTO DA JUVENTUDE: UMA CONQUISTA DA DEMOCRACIA

Gabriel Magno é professor e diretor de Políticas Sociais do Sinpro

Em agosto, comemoramos a aprovação do Estatuto da Juventude como um capítulo importante da nossa luta por mais direitos. É a primeira legislação na história do país a estabelecer o direito ao trabalho decente e garantir o respeito à livre orientação sexual. Mais do que um marco legal, o Estatuto é uma grande conquista da nossa democracia.

A aprovação do Estatuto é fruto de grandes mobilizações da juventude brasileira nos últimos anos. As organizações do movimento social, o CONJUVE e as Conferências de Juventude tem se organizado numa plataforma de mais direitos para os Jovens em todo o Brasil, reconhecendo a juventude como portadora de direitos específicos, capazes de participar do projeto de país e de serem protagonistas de suas lutas, contrapondo o estereótipo negativo de ser um problema ou simplesmente uma fase de transição da infância para a vida adulta.

Avançamos nas conquistas no sentido de assegurarmos em lei o direito do jovem de viver sua juventude. Direito a Lei e Políticas Públicas de Juventude – PPJ's que prezem a promoção da autonomia e emancipação dos e das jovens: participação social e política; direito à educação de qualidade

em todos os níveis, etapas e modalidades; direito ao trabalho decente e à renda; direitos universais, geracionais e singulares; o bem-estar da experimentação e desenvolvimento integral; o respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva; segurança e justiça, cultura e saúde; desporto; lazer; a não discriminação; o diálogo e o convívio das gerações; direito ao território; à mobilidade; à sustentabilidade e ao meio-ambiente; direitos da juventude urbana e rural.

Mas ainda é necessário avançar mais: no caso da meiaentrada, garantimos o direito nacional à meia-entrada para os(as) estudantes e os(as) jovens pertencentes às famílias de baixa renda, mas com cota de 40% dos ingressos sujeitos ao benefício. É necessário ampliar o direito para toda a juventude.

As mobilizações dos últimos meses revigoram nossas forças para enfrentar os novos desafios. É através da mobilização social que colocaremos no centro da disputa a construção de um pacto intergeracional para a construção de um Brasil que respeite e valorize as novas gerações e crie as condições para a promoção de um país que assegure os direitos plenos a todos/as cidadãos.

PRESSÃO TOTAL PELA

Pela garantia de 10% do PIB para a escola pública

Desde o dia 30 de agosto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) está com um acampamento armado em frente ao Senado Federal. Representantes de sindicatos de todo o País filiados à CNTE, à CUT e de entidades ligadas à educação se revezam para pressionar parlamentares a votarem, o mais rápido possível, o Plano Nacional de Educação (PNE).

Há mais de três anos em tramitação no Congresso, a definição e a aprovação do PNE se faz cada vez mais urgente, tendo em vista a proximidade da Conferência Nacional de Educação (CONAE), que ocorrerá em menos de seis meses. A diretoria do Sinpro-DF alerta que caso o PNE não seja aprovado até dezembro, as discussões no encontro nacional podem ser prejudicadas.

O PNE estabelece 20 metas para garantir melhorias na educação, que devem ser cumpridas nos próximos dez anos. Entre elas, a universalização do ensino fundamental e do ensino médio e a oferta de creches e ensino integral.

O projeto já passou pela Câmara dos Deputados e tramita no Senado Federal, onde passou pela Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE) e atualmente está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto ainda irá tramitar pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, antes de ser votado em plenário.

Corpo a corpo

Dentre as estratégias da CNTE para obter apoio de parlamentares está o corpo a corpo com deputados, senadores e membros da Comissão de Educação. Convidados a participarem de eventos no acampamento, os parlamentares recebem um documento com as emendas defendidas pela Confederação, para que sejam consideradas em debates no Senado e, posteriormente, no retorno da matéria à Câmara dos Deputados.

A instalação do acampamento foi marcada por ato público – em consonância com o Dia Nacional de Paralisação e Mobilização, organizado pela CUT – com a presença de mais de 300 trabalhadores em educação de todo o País e do diretor da CUT Nacional, Jacy Afonso. O interesse da CNTE, segundo os diretores do Sinpro, é, além de agilizar a votação do PNE, aprovar o texto enviado pela Câmara dos Deputados.



Diretores da CNTE, CUT, Sinpro-DF e parlamentares participam do acampamento instalado em frente ao Senado. Entidades sindicais pressionam a votação do PNE

A APROVAÇÃO DO PNE

Os trabalhos no acampamento estão sendo concentrados de terça a quinta-feira, até que o PNE seja finalmente votado. A CNTE já tem uma reunião agendada entre seus representantes e o senador Vital do Rêgo, relator da Comissão de Constituição e Justiça.

Nas últimas semanas, as atividades contaram com representantes dos sindicatos de Goiás (Sintego), São Paulo (Afuse), Mato Grosso (Sintep) e Mato Grosso do Sul (Fetems), que também estão realizando visitas aos gabinetes dos parlamentares.

Urgência

Há mais de três anos o País está aguardando a votação do PNE, fato inadmissível para uma nação que necessita incluir milhões de pessoas na escola – com qualidade e equidade – a fim de prover mais renda, trabalho e melhor distribuição das riquezas. Trata-se de um perigoso descompasso que tende a comprometer a possibilidade de melhoria das condições de vida das atuais e futuras gerações, qual seja, o esgotamento do “bônus demográfico” brasileiro.

Fátima Silva, secretária de Relações Internacionais da CNTE, garante que, até que o PNE seja votado, várias entidades estarão se revezando no acampamento. “Estamos há três anos sem o Plano e agora só sairemos daqui quando ele for aprovado. As atividades já revelaram vários parlamentares envolvidos com a nossa luta”, disse.

Já o vice-presidente da CNTE, Milton Canuto, disse que a pressão para que o PNE seja votado será permanente. “Estamos em busca da votação do Plano que é fundamental como política de educação para o país e só sairemos deste acampamento com a aprovação dele no Senado. Depois vamos acompanhar seu retorno à Câmara e continuaremos a pressionar os parlamentares para ver o PNE definitivamente aprovado, ainda neste ano.

Garantias

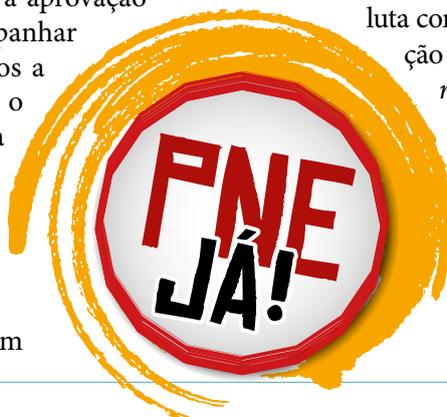
Para a CNTE, o projeto tem que garantir investimento na escola pública. Por isso, as entidades que defendem



a educação pública de qualidade lutam pela destinação de 10% do PIB para o ensino público, conforme prevê o projeto aprovado na Câmara. Segundo a CNTE, isso é fundamental para que o Brasil consiga implantar o Custo Aluno Qualidade (CAQ), mecanismo de financiamento público voltado à superação das desigualdades socioeducacionais no país.

Neste momento está valendo o substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que flexibilizou a meta 20 do PNE, possibilitando a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada dentro do percentual dos 10% do PIB para a educação. Caso se mantenha essa perspectiva, a educação pública deverá perder recursos, já que os mesmos tenderão migrar para a rede privada, tal como ocorre com políticas atuais.

Além do PNE, os educadores estão comprometidos na luta contra o PL nº 4330, que trata da terceirização dos trabalhadores; a correta aplicação dos *royalties* do petróleo na educação; a regulamentação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho, que regula direitos dos servidores públicos em âmbito internacional; a luta pela profissionalização dos funcionários da educação e o respeito integral à Lei Nacional do Piso do Magistério.



RECEITA DE ROYALTIES DO PETRÓLEO PARA EDUCAÇÃO AJUDA, MAS NÃO É SUFICIENTE

A aprovação dos *royalties* do petróleo para a educação pública e a saúde foi uma grande vitória de toda sociedade brasileira que luta por mais e melhores políticas públicas. Mesmo não sendo suficiente para garantir o investimento equivalente a 10% do PIB na educação, a nova receita vai ajudar na valorização dos trabalhadores em educação, prevista no Plano Nacional de Educação (PNE).



Segundo dados da consultoria de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos da Câmara dos Deputados, os valores disponíveis para a educação deverão somar cerca de R\$ 134,90 bilhões até 2022. Estão incluídos nesta conta os *royalties* e fundos especiais da União, relativos a contratos já licitados, mas que deverão integrar as receitas do Fundo Social.

É importante lembrar, como alerta a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que os recursos do petróleo deverão ser somados ao mínimo previsto no art. 212 da Constituição Federal, podendo ser destinados para pagamento de salários e outros custos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Vale lembrar também, adverte a CNTE, que a receita do petróleo para a educação é exclusiva às redes públicas, devendo essa orientação fortalecer a pressão social

sobre a meta 20 do PNE aprovado na Câmara dos Deputados, que fixou o percentual de investimento em 10% do PIB para a educação pública - diferente do relatório em trâmite no Senado, que contabiliza recursos públicos para a iniciativa privada.

Outra orientação da CNTE é referente à destinação dos recursos dos *royalties* para a valorização de todos os profissionais que atuam nas escolas, seja na perspectiva de elevar o piso nacional do magistério e os vencimentos previstos nos planos de carreira da categoria, seja para incluir os funcionários da educação na política nacional de valorização, através da regulamentação do piso previsto no art. 206, VIII da Constituição.

A CNTE reitera a necessidade de os Executivos e parlamentares (Federal, estaduais e municipais) aprovarem novas leis que alimentem com mais verbas a educação pública, não só por meio das receitas do petróleo de estados e municípios, mas também de outros tributos, a exemplo de contribuições sociais que não incidem no financiamento da educação, para que o PNE se torne uma orientação plena e eficaz para as políticas públicas educacionais.

AS MUDANÇAS NO PROJETO ORIGINAL DOS ROYALTIES

	Antes	Depois
Distribuição dos royalties	100% para a educação	75% para a educação e 25% para a saúde
Destinação dos recursos	Dos contratos assinados a partir de 3 de dezembro de 2012	Dos contratos com "declaração de comercialidade" a partir de 3 de dezembro de 2012
Fundo Social	50% dos rendimentos do Fundo Social para a educação	50% do total do Fundo Social para educação e saúde

fonte: Câmara dos Deputados

PL DA TERCEIRIZAÇÃO AMEAÇA ACABAR COM CONCURSOS PÚBLICOS E DIREITOS TRABALHISTAS

Especialistas revelam o risco que o projeto de lei representa para os trabalhadores



Não é ato que ninguém queira ouvir falar do Projeto de Lei nº 4.330, o que escancara as terceirizações no país. Ele, caso seja aprovado no Congresso, simplesmente, segundo juristas e economistas, colocará em risco a realização de futuros concursos públicos e as garantias dadas pela CLT aos trabalhadores. Sem contar que prejudicará os reajustes salariais e enfraquecerá a organização do trabalho.

Segundo o advogado e professor universitário Nasser Allan, terceirização é sinônimo de precarização. “Terceirização para que? Significa degradação do trabalho. Contratar uma empresa terceirizada para que? Para ter redução do custo de mão de obra. Ela se pauta na precarização das condições de trabalho, só compensa se for assim”, diz o jurista. Conforme ainda o jurista, caso o projeto seja aprovado, o setor público pode ver os concursos desaparecerem, enfraquecendo a máquina e prejudicando milhares de profissionais.

Um dos pontos do projeto mais criticado pelas centrais sindicais é a ausência de responsabilidade da empresa tomadora de serviços em relação aos empregados terceirizados. Isso significa que os trabalhadores ficam desamparados no caso de ocorrer algum problema com a empresa que o contratou, como, por exemplo, sua falência financeira. Já a tomadora de serviços fica isenta de qualquer amparo jurídico com os trabalhadores responsáveis por sua produção ou prestação de serviços.

Os interessados na aprovação do projeto alegam a necessidade de aumentar a competitividade brasileira.

“Isso é esconder o que está por trás do projeto, não se trata de evoluir no sentido de ajustar a força de trabalho às novas técnicas modernas de administração. Trata-se, na verdade, de aprofundar o processo de exploração do trabalho no mundo moderno”, completa o professor.

“O Brasil já tem uma legislação do trabalho que completou 70 anos. Ela nunca precisou ser atualizada porque manteve as garantias da força de trabalho ao longo deste período. O que eles estão tentando é desmontar, destruir a CLT. Esta é a grande verdade que temos que encarar. Ela é quem dá as condições de defesa da força de trabalho, que vai perder sua capacidade de organização por local de trabalho, por categoria”, avalia Neves.

A mesma lógica é defendida pelo jurista Nasser Allan. Para ele, o projeto enfraquecerá de forma brutal a capacidade de negociação dos trabalhadores. No final das contas, o objetivo continua sendo o mesmo, reduzir o custos atacando o elo mais fraco da cadeia produtiva. “Afim, por que você faria terceirização se tivesse o mesmo custo?”, questiona o jurista.

Na avaliação dos pesquisadores, o PL nº 4.330 será responsável por um verdadeiro desmanche na CLT. O projeto também pretende colocar as relações de trabalho dentro do código civil onde, historicamente, o patronato tem maior poder do que nos tribunais do trabalho, amparados pela CLT.

IV CONCURSO DE REDAÇÃO VAI DISCUTIR O IMPACTO DA MÍDIA NA VIDA DAS PESSOAS

O Concurso de Redação promovido pelo Sinpro chega à sua quarta edição em 2013 e este ano terá como tema: “O que você vê na mídia, muda sua forma de ver o mundo?”. Para as categorias que envolvem a criação de redação e, para as categorias de desenho será “O que você gosta e o que você não gosta de ver na televisão?”. Para a modalidade de desenho poderão se inscrever alunos e alunas matriculados/as no 4º e 5º anos da educação infantil, 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental e EJA 1º segmento, e os que estudam nos centros de ensino especial. Já na segunda modalidade (Redação) poderão participar aqueles matriculados no 4º e 5º anos e EJA 1º segmento, do 6º ao 9º anos e EJA 2º segmento, e os alunos que estão no Ensino Médio e EJA 3º segmento.

A iniciativa faz parte da campanha contra a Violência nas Escolas, desenvolvida pelo Sindicato desde 2008, e tem como objetivo levar aos estudantes da rede pública do DF a uma reflexão sobre as causas, consequências e soluções para a violência no ambiente escolar. Os prêmios serão distribuídos para os/as alunos/as vencedores/as e professores/as indicados/as pelos estudantes.

Os/as interessados/as em participar do concurso podem acessar o site do Sindicato dos Professores (www.sinprodf.org.br) e preencher a ficha de inscrição, ou entregá-la na Secretaria de Imprensa até o dia 5 de novembro de 2013 juntamente com a redação ou o desenho. O regulamento também está disponível em nossa página.



O QUE VOCÊ VÊ NA MÍDIA, MUDA SUA FORMA DE VER O MUNDO?

----- Regulamento 2013 -----

>> Regras

- As redações e os desenhos deverão ser entregues até o dia 05 de novembro de 2013, na própria escola, na sede ou nas subsedes do Sinpro-DF*.
- Cada participante só poderá concorrer com um trabalho;
- a redação deverá ser manuscrita, individual, inédita e original;
- a redação deverá ser em folha de papel pautado, em letra legível, nas seguintes condições:
 - os/as alunos/as da Educação Infantil , turmas de 4 e 5 anos, concorrerão com desenho do tema do concurso;
 - os/as alunos das classes especiais e dos Centros de Ensino Especial concorrerão com desenho do tema do concurso;
 - os/as alunos/as do 1º, 2º e 3º anos/EJA 1º Segmento (1º e 2º semestres): concorrerão com desenho do tema do concurso;
 - para alunos/as do 4º e 5º anos/EJA 1º Segmento (3º e 4º semestres): máximo de 50 e mínimo de 15 linhas;
 - para alunos/as do 6º ao 9º anos/EJA 2º Segmento: máximo de 60 e mínimo de 20 linhas;
 - para alunos/as do Ensino Médio e EJA 3º Segmento: máximo de 100 e mínimo de 30 linhas.
- as redações e os desenhos não deverão fugir ao tema e poderão conter títulos que não serão incluídos na contagem das linhas;
- as redações e os desenhos deverão ser encaminhados com a ficha de identificação individual devidamente preenchida. Esta ficha poderá ser impressa pelo site do Sinpro e/ou na própria escola e/ou nas sedes e subsedes do Sinpro;
- as redações e os desenhos serão avaliados por uma Comissão Julgadora, que levará em conta a originalidade, o encadeamento das ideias e o conteúdo;



- serão premiados os trabalhos classificados nos três primeiros lugares de cada categoria/nível;
- serão desclassificados os trabalhos que não se enquadrarem nas condições estabelecidas neste regulamento;
- o Sinpro não devolverá o material enviado;
- não deverá constar nenhuma identificação de aluna/o ou da escola na redação ou no desenho que deverão ser entregues acompanhados da ficha de identificação ao/à coordenador/a pedagógico/a da escola ou encaminhada para a Secretaria de Imprensa do Sinpro-DF, em um dos endereços listados neste regulamento;
- a participação do/a aluno/a importa em autorização do/a autor/a para que o Sinpro-DF possa utilizar sua imagem e/ou seu texto, devidamente identificado, em propagandas, publicações, materiais e eventos institucionais;
- o resultado do concurso será divulgado no site do Sinpro-DF no endereço www.sinprodf.org.br, nos jornais oficiais da entidade e será comunicado o vencedor e às respectivas instituições de ensino constantes da ficha de identificação;
- a entrega dos prêmios ocorrerá em local e horário a serem divulgados nos jornais oficiais da entidade, assim como, na página eletrônica do Sinpro;
- as/os participantes, automaticamente, passam a submeter o seu trabalho a este regulamento e às decisões da Comissão Julgadora.

>> Objetivo

O concurso de redação/desenho promovido pelo Sinpro é parte da Campanha contra a Violência nas Escolas, desenvolvida pela entidade desde 2008 e tem como objetivo levar as/os alunas/os da rede pública do Distrito Federal, auxiliadas/os pelas/os professoras/es, a fazerem uma reflexão sobre as causas, consequências e soluções para a violência no ambiente escolar, problema que afeta a sociedade como um todo. Em sua quarta edição, o concurso terá como tema “O que você vê na mídia, muda sua forma de ver o mundo?”. Para as categorias que envolvem a criação de redação. E para as categorias de desenho, o concurso terá como tema “o que você gosta e o que você não gosta de ver na televisão.

Um grande debate sobre a mídia permeia hoje as discussões em nosso país. A democratização deste espaço de informação e formação, bem como a responsabilidade e os valores do que se veicula e suas repercussões na família e na sociedade como um todo, farão parte desta edição do Concurso de Redação.

>> Público-alvo

Este concurso de redação/desenho é dirigido a alunas e alunos regularmente matriculados na rede pública do DF. (Regular e EJA).

>> Categorias

CATEGORIA DESENHO I: 4º e 5º anos da Educação Infantil;

CATEGORIA DESENHO II: 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental/EJA-1º segmento;

CATEGORIA DESENHO III: Centros de Ensino Especial;

CATEGORIA REDAÇÃO IV: do 4º e 5º anos/EJA-1º segmento;

CATEGORIA REDAÇÃO V: do 6º ao 9º anos/EJA-2º segmento;

CATEGORIA REDAÇÃO VI: Ensino Médio/EJA-3º segmento.

>> Premiação

CATEGORIA DESENHO I:

- 1º lugar: R\$ 300,00 + Nintendo Wii;
- 2º lugar: R\$ 200,00 + Bicicleta;
- 3º lugar: R\$ 100,00 + Laptop infantil.

CATEGORIA DESENHO II:

- 1º lugar: R\$ 400,00 + Nintendo Wii;
- 2º lugar: R\$ 300,00 + Bicicleta;
- 3º lugar: R\$ 200,00 + Laptop infantil

CATEGORIA DESENHO III:

- 1º lugar: R\$ 400,00 + Prêmio equivalente a categoria IV;
- 2º lugar: R\$ 300,00 + Prêmio equivalente a categoria IV;
- 3º lugar: R\$ 300,00 + Prêmio equivalente a categoria IV;

CATEGORIA REDAÇÃO IV:

- 1º lugar: R\$ 400,00 + Nintendo Wii;
- 2º lugar: R\$ 300,00 + Bicicleta
- 3º lugar: R\$ 200,00 + Laptop infantil

CATEGORIA REDAÇÃO V:

- 1º lugar: R\$ 1.000,00;
- 2º lugar: R\$ 700,00;
- 3º lugar: R\$ 600,00.

CATEGORIA REDAÇÃO VI:

- 1º lugar: R\$ 1.200,00;
- 2º lugar: R\$ 1.000,00;
- 3º lugar: R\$ 800,00.



Obs: O/a professor/a, indicado/a na ficha de identificação pelo/a aluno/a vencedor em primeiro lugar de cada categoria, receberá um Tablet.

>> Informações

Secretaria de Imprensa do Sinpro-DF: Telefones: (61) 3343.4230 / (61) 3343.4236

Site: www.sinprodf.org.br ENDEREÇOS DO SINPRO: Sede do Sinpro: SIG, Q.6, lote 2260.

SUBSEDES:

Taguatinga: CNB 04 Lote 03 Loja 01 – Taguatinga/DF Telefone: (61) 3562.4856

Gama: Área Esp. 20/21 Salas 42 e 44. Ed. Alternativo Center Setor Central, Gama/DF, Fone: (61) 3556.9105. **Planaltina:** Av. Independência Qd. 05 Lt. 18 Vila Vicentina, Planaltina/DF. Fone: (61) 3388.5144

Obs: Encaminhar aos cuidados da Secretaria de Imprensa.

APOSENTADOS REIVINDICAM EQUIPARAÇÃO NO PLANO DE CARREIRA

Secretaria de Administração do GDF está concluindo estudo que analisa os casos das aposentadorias que obtiveram reajustes salariais inferiores a 23%

Várias professoras e professores aposentados se reuniram com a diretoria, na Sede do Sinpro-DF, nos meses de julho e agosto para reforçarem o empenho de mobilizar a categoria e reivindicar que o governo do DF apresente uma proposta concreta com relação ao Plano de Carreira para os aposentados.

Um dos pontos mais abordados e discutidos foi a forma como os(as) aposentados(as) estão se aposentando e como inserir os benefícios da reestruturação do Plano de Carreira aos que conquistaram a aposentadoria proporcional.

Durante as rodadas de negociações da Comissão de Negociação do Sinpro com representantes das Secretarias de Administração e de Educação do GDF, cujo tema principal é a distorção na tabela salarial dos aposentados proporcionalmente, os representantes do governo informaram que estão concluindo o estudo que analisa, caso a caso, as situações das aposentadorias a fim de identificar os que tiveram reajuste inferior a 23% após a implantação do Plano de Carreira.

O Sinpro-DF e os representantes das secretarias do GDF têm reuniões agendadas para os próximos meses,

para que o estudo conclusivo da situação individual de cada um dos 2.762 professores/as aposentados/as seja entregue e, simultaneamente, uma proposta que corrija as eventuais distorções. O GDF informou que o atraso na conclusão do estudo e na formulação de uma proposta se deu devido às mudanças de secretários em várias pastas.

A Comissão de Negociação do Sinpro reivindicou ainda que o reajuste devido às/aos aposentadas/os seja retroativo ao mês de março, ou seja, ao mês em que foi implantado o Plano de Carreira.

A diretora do Sinpro, Isabel Portuguez, explicou que o Sindicato dos Professores no Distrito Federal está tentando negociar com o governo, mas que é com o trabalho de convencimento de todas e todos que a categoria mostrará força na luta por nossos direitos. “Não podemos cruzar os braços e será com o trabalho de convencimento dos que ainda estão na ativa, da comunidade escolar e da população em geral que garantiremos que o Governo do Distrito Federal apresente uma proposta para ser avaliada. Vamos lutar até o fim pelos nossos direitos”, ressalta Isabel.

PROCURA PELO CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA É CADA VEZ MAIOR

Incluir as/os professoras/es aposentadas/os no mundo digital. É com esse objetivo que o Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), desde 2008, vem oferecendo às/aos suas/seus sindicalizadas/os cursos na área de informática. 99 turmas de 1ª Fase e 42 turmas da 2ª Fase já se formaram, totalizando 2.130 alunos/as com o Curso Básico de Informática. A expressiva participação dos aposentados nos cursos, segundo a diretora do Sinpro e coordenadora da Secretaria de Aposentados, Isabel Portuguez, é uma “resposta que a categoria dá ao que o Sindicato oferece às guerreiras e guerreiros que construíram essa grande entidade”.

Se você professor(a) quer fazer parte do mundo da informática, enviar e receber e-mails (sem ter que pedir ajuda), fazer pesquisas na Internet, participar dos

bate-papos no Facebook, enfim, se sentir incluído/a na Era Digital, participe dos cursos de informática do Sinpro, que são oferecidos na sede e nas subseções do Gama, Taguatinga e Planaltina.



Curso de informática no Sindicato dos Professores

DIRETORES DO SINPRO PARTICIPAM DE DEBATES NO ENCONTRO NACIONAL DE APOSENTADOS DA CNTE

Professores discutiram a aposentadoria hoje, a importância do planejamento e a educação financeira no IX Encontro Nacional dos Aposentados da CNTE



As diretoras Isabel Portuguez, Silvia Canabrava e o diretor Francisco Raimundo (Chicão) representaram o Sinpro-DF no encontro realizado em Vitória (ES)

As diretoras do Sinpro-DF Isabel Portuguez e Silvia Canabrava e o diretor Francisco Raimundo (Chicão), da Secretaria de Assuntos dos Aposentados, além das professoras da base, Ana Machado (Formosa) e Marizeth Albernaz (Taguatinga) representaram o Sindicato no IX Encontro Nacional dos Aposentados da CNTE, ocorrido nos dias 13, 14 e 15 de agosto, em Vitória (ES).

Nos três dias do encontro, temas de grande importância para quem vai se aposentar ou já se aposentou foram abordados por especialistas, entre eles o que dominou o segundo dia do encontro: o debate sobre a importância do planejamento e o projeto de vida na aposentadoria.

A palestrante, professora de mestrado em Psicologia, Lúcia França, apresentou dados demográficos sobre o crescimento da população idosa, o que gera desafios em vários setores, saúde e previdência públicas, entre outros. Organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, buscam desenvolver políticas sobre o tema, entre elas o envelhecimento ativo, que engloba três pontos-chaves: mobilidade, participação social e independência. A educação ao longo da vida é outro ponto que deveria ser um direito de todos.

Segundo a psicóloga, a realidade brasileira mostra peculiaridades, entre elas o estatuto do idoso, o ageísmo (preconceito contra idosos) e o grande número de empregos informais que impede o financiamento da previdência pública. Há ainda experiências que oferecem universidades abertas para terceira idade, programas de preparação para a aposentadoria, atualização e manutenção de trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho.

Conforme revela a psicóloga, a aposentadoria é uma transição que pode trazer ganhos e perdas, dependendo das perspectivas social e individual quando ela acontece. “A importância dada aos ganhos e às perdas irá contribuir para as atitudes positivas ou negativas frente a ela”, disse Lúcia França.

A importância de se planejar a aposentadoria foi abordada pela psicóloga, afirmando que o planejamento e um projeto de vida dependem muito da postura com que se encara a vida. “Nós somos senhores e senhoras de nosso destino e a cada dia, ao levantarmos, devemos nos preparar para ser vencedores e vencedoras”, concluiu.

SINPRO COBRA A IMPLEMENTAÇÃO IMEDIATA DE MAIS CRECHES NO DISTRITO FEDERAL



A Secretária de Mulheres do Sinpro tem dado prosseguimento à luta por mais creches públicas no Distrito Federal, em continuidade à Campanha Creche Pública Já. A implementação de creches gratuitas e de qualidade é uma luta histórica das mulheres brasileiras e o Sindicato dos Professores tem cobrado do Governo do DF o cumprimento deste direito constitucional, já que é fundamental a garantia de uma educação pública de qualidade desde o nascimento até a idade adulta. “Lutamos por creches públicas para garantir às crianças o direito à educação desde a primeira infância, pela autonomia e emancipação da mulher trabalhadora. Tudo isto porque entendemos que assumir a materni-

CAMPANHA POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL MAIS FORTE

A preocupação em fortalecer a educação ambiental no sistema de ensino do Distrito Federal ganhou o apoio do Sinpro no projeto Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis. O objetivo do projeto, uma ação conjunta do Ministério da Educação e das secretarias de Educação dos estados, é propiciar uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais com ênfase na participação social e nos processos de melhoria da relação ensino-aprendizagem, em uma visão de educação para a diversidade, inclusiva e integral. As escolas que integram o projeto participarão da Conferência Nacional, que reunirá 700 jovens de todo o Brasil, das redes públicas e privadas, debatendo sobre as escolas sustentáveis que estão construindo. Brasília será representada

deve ser responsabilidade social e não apenas das mulheres, mas dos homens, dos governos e de toda a sociedade”, comenta a coordenadora da Secretaria, Eli-ceuda França.

Depois de muita luta por parte do Sinpro, o GDF se comprometeu em construir cerca de 50 creches/escolas infantis até 2014, número insuficiente para atender às necessidades das mães e das crianças que aguardam por uma vaga no DF. “A carência de creches públicas no DF agrava a realidade de milhares de famílias”, salienta Neliane Cunha.

O governo finaliza o primeiro Centro de Educação da Primeira Infância (CEPI) do DF, em Sobradinho II, e a expectativa é que o Centro seja inaugurado em outubro. O projeto do governo é da construção de vários outros CEPI's que atenderão, em tempo integral, crianças de até 5 anos.

O Sinpro reafirma sua luta pela implementação imediata de creches públicas, inclusive nas regiões administrativas que não foram apontadas no mapeamento do governo, além da reivindicação de monitoras e monitores para os CEPI's.



por 18 delegadas(os), 4 Projetos de Escolas Sustentáveis e os 4 professores das escolas cujos projetos representarão Brasília na etapa nacional.

Os alunos iniciarão o projeto durante a IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), que acontecerá de 25 a 29 de novembro, trabalhando a ideia de levar a discussão até as escolas. Na Conferência Nacional, esses jovens irão aprofundar a temática, socializar os projetos e participar de oficinas temáticas. “O Sinpro apoia este projeto por concordar com o objetivo pedagógico, que é fortalecer a cidadania ambiental nas escolas e comunidades a partir de uma educação crítica, participativa, democrática e transformadora”, comenta a diretora do Sinpro Iolanda Rocha.



Secretaria de Mulheres Trabalhadoras do Sinpro com Maria da Penha

A Lei Maria da Penha completou, no dia 7 de agosto, sete anos de vigência. Considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações do mundo no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei nº 11.340/2006 alterou o Código Penal, possibilitando que agressores sejam presos em flagrante ou tenham a prisão preventiva decretada. A nova legislação também aumentou o tempo máximo de detenção de um para três anos de prisão, e prevê ainda medidas que vão desde a saída do agressor de casa à proibição do mesmo de se aproximar da vítima e de seus filhos. A Secretaria de Mulheres Trabalhadoras do Sinpro-DF reafirma a luta pelo fim da violência contra as mulheres, além de reivindicar direitos e dignidade às mulheres.

Avanços - Com o objetivo de coibir os maus tratos às mulheres, o Governo Federal firmou um acordo entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Instituto Maria da Penha, que prevê o ajuizamento de ações

regressivas contra os homens condenados por violência doméstica. A ideia é que eles sejam obrigados a devolver aos cofres públicos os gastos com benefícios previdenciários concedidos em decorrência das sequelas da violência, como Auxílio-Doença, Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte.

Outro importante avanço é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferida em fevereiro de 2012, permitindo que o Ministério Público apresente denúncias contra o agressor da mulher independentemente do consentimento da vítima. As denúncias também podem ser feitas por qualquer cidadão que presencie a violência. Assim, pretende-se contornar o fato de que muitos casos não são denunciados por medo ou culpa das mulheres. “A violência contra a mulher é fruto das desigualdades históricas existentes entre homens e mulheres e, a Lei Maria da Penha busca o fim desta violência”, salienta a diretora da Secretaria de Mulheres Trabalhadoras do Sinpro, Eliceuda França.

CICLO DE DEBATES É PROMOVIDO DURANTE TODO O ANO PELO SINPRO

Estão abertas as inscrições para o Ciclo de Debates, projeto promovido pela Secretaria de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF. O projeto tem como objetivo, por meio de discussões bem pontuais, municiar o professor didaticamente para que ele possa trabalhar esses temas na sala de aula e fortalecer a coordenação pedagógica.

Visando a descentralização das atividades desde escolas do jardim de infância ao ensino médio, EJA e escolas especiais, os temas abordados não se resumem apenas a questões raciais e de diversidade. A questão indígena, homofobia, entre outros também podem ser tratados no Ciclo mensal de Debates.

CICLO DE DEBATES

Para facilitar o acesso dos (as) professores (as) ao ciclo de debates foi programado no formato mensal e regionalizado, ou seja, serão promovidos debates no Plano Piloto, em Planaltina, no Gama e em Taguatinga. A intenção é também promover a discussão de pelo menos dois temas em cada Regional. As escolas interessadas podem ligar e agendar pelo telefone 3343-4206, com Ana Lúcia, ou através do e-mail: faleconoscoracesexualidade@sinprodf.org.br. Participe e conheça o projeto!



SERJÃO LOROZA & US MADUREIRA ANIMAM A

festa do/a 2013 PROFESSOR/A



A tração principal da Festa do Professor deste ano, Serjão Loroza & US Madureira animarão a categoria em nosso tradicional baile. Logo após o show principal a animação ficará por conta da Banda Esquema Seis, que agitará os professores e professoras até a madrugada. A festa será realizada no dia 5 de outubro, a partir das 21h, no Opera Hall (SHTN Quadra 5 Bloco A Parte A - Asa Norte). Outra atração é uma tenda com música eletrônica, que será montada ao lado do Lago Paranoá. O ingresso do(a) professor(a) e seu(sua) acompanhante será feito mediante a apresentação da carteirinha de sindicalizado ao Sinpro, que pode ser feita na sede e nas subsedes do Sindicato. Não deixe para a última hora! Faça o quanto antes sua carteirinha e garanta sua presença em nossa festa! Você não pode faltar!

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO SINPRO

O Centro de Referência, complexo de 63 hectares, localizado no Núcleo Rural de Brazlândia, com 1.400 metros quadrados de área construída na Chácara do Professor, chega em sua fase de conclusão e vai oferecer uma série de oportunidades à categoria. O local foi transformado pela diretoria do Sinpro em um espaço de educação socioambiental, além de contar com uma ampla área de lazer.

Além de contar com um espaço que vai oferecer auditório, salas para cursos, refeitório, viveiro

e biblioteca, professores e alunos das escolas públicas contarão com uma grande área construída para eventos, com ampla estrutura, como palco e barracas. Um dos objetivos da diretoria é que o local possa ser usado na educação socioambiental e em vivências relacionadas à natureza.

O complexo onde funcionará o Centro de Referência será formado por quatro blocos, todos construídos em um sistema de biotecnologia (tecnologia sustentável), que consiste na substituição da alvenaria.

O Centro é um espaço de formação que servirá para conferências e seminários. Além disso, o local terá o salão multiuso, os sanitários compostáveis (banheiro seco) e uma oca que será um espaço aberto para diversas atividades, como aulas ao ar livre e apresentações culturais. A chácara terá também trilhas, sistema de agroflorestal, piscinas naturais, quiosques e muita infraestrutura para a categoria.

